



O BNDES

e os

povos indígenas



The Nature
Conservancy



Proteger a natureza é preservar a vida.

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB

Coordenação Executiva: 2006-2009

Coordenador Geral

Jecinaldo Barbosa Cabral/ Sateré Maué

Vice-coordenador

Antônio Marcos Alcântara de Oliveira/ Apurinã

Coordenador Tesoureiro

Kleber Santos dos Santos/ Apurinã

Presidente do CONDEF (Conselho Deliberativo e Fiscal da COIAB):

Agnelo Temrite Wadzatze/Xavante

Gerencia Etnoambiental e Sustentabilidade Territorial

Francisco Avelino Batista

Endereços

Sede Manaus

Av. Ayrão, 235, Presidente Vargas, CEP 69.025-290, Manaus - AM

Fone: (92) 3621-7501/ secretaria@coiab.com.br

Representação Brasília

SRTVS – Edifício Centro Empresarial Assis Chateaubriand

Quadra 701, Conj.1, Bl. 1, nº 38, Salas 21/22, Sobreloja

CEP 70.340-000, Brasília – DF

Fone: (61) 3323 -5068 / 3224-0840/ coiabdf@terra.com.br

Organização e Coordenação Editorial

Hélcio Marcelo de Souza (TNC)

Edição e Redação

Marco Antonio Gonçalves/ Paxiúba Informação Ambiental Ltda.

Revisão de Texto

Adriana Fradique

Supervisão

Lorenda Raiol (TNC)

Projeto Gráfico e Diagramação

Marco Tullio Tavares

Ilustrações

Adriano Alves da Silva

The Nature Conservancy – TNC

Programa de Conservação da Amazônia

Diretor

Ian Thompson

Gerente do Programa Indígena

Márcio Sztutman

Coordenador de Política Pública Indigenista

Hélcio Marcelo de Souza

Endereços

Av. Nazaré, 280

Nazaré

CEP 66035-170

Belém - PA

Fone: (91) 4008-6200

Fax: (91) 4008-6201

SRTVS, Quadra 701, Conjunto: D, Bloco: A, Sala 246

Ed. Brasília Design Center - Asa Sul

CEP 70340-907

Brasília - DF

Fone: (61) 3421-9100

Fax: (61) 3421-9128



USAID
DO POVO DOS ESTADOS UNIDOS

Esta publicação foi possível por meio do generoso apoio do povo dos Estados Unidos através da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID). O conteúdo é de responsabilidade dos autores e não necessariamente reflete a visão da USAID ou do Governo dos Estados Unidos.

O BND ES

e os

povos indígenas



1ª Edição
Brasília - 2009

Catálogo da fonte

B661b

O BNDES e os povos indígenas. – Belém, PA: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab); The Nature Conservancy (TNC), 2009.

32 p.; il.

ISBN 978-85-60797-02-8

1. BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES. 2. CRÉDITO FINANCEIRO. 3. POVOS INDÍGENAS. 4. DESENVOLVIMENTO SOCIAL I. The Nature Conservancy - TNC. II. Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - Coiab. III. Título.

Apresentação

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e a TNC apresentam aos leitores a publicação *O BNDES e os Povos Indígenas* que, de forma resumida e em linguagem simples, traz uma caracterização do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e suas relações diretas e indiretas com povos indígenas e seus territórios.

Entender e desenvolver uma relação com o BNDES tornou-se muito importante para os povos indígenas, pois o BNDES tem sido o principal financiador de obras e projetos públicos e privados, alguns dos quais têm causado indiretamente grandes impactos nas terras indígenas. Além disso, por ser um Banco voltado para o desenvolvimento nacional, oferece um potencial a ser explorado pelos povos indígenas na obtenção de apoio para seus planos de etnodesenvolvimento. Deste modo, a presente publicação pretende contribuir para que as lideranças indígenas possam, de um lado, negociar a redução dos efeitos negativos de projetos apoiados pelo BNDES, e de

outro, explorar o potencial de suporte a projetos de interesse dos povos indígenas.

Essa publicação é resultado de pesquisas na Internet, da análise de relatório, de consultoria feita por Isabelle Vidal Giannini e Cássio Inglez de Sousa, documentos públicos e projetos relacionados ao Banco, além de diversas reuniões e conversas com representantes indígenas e de organizações da sociedade civil. Agradecemos a todos indígenas e não indígenas que, com suas reflexões e sugestões, colaboraram na construção deste importante instrumento de capacitação. Esperamos que, de posse deste documento, os dirigentes de organizações indígenas possam fortalecer ainda mais o seu trabalho de defesa de direitos e de proteção de terras indígenas.

Jecinaldo Barbosa Cabral Sateré Maué
Coordenador Geral da COIAB

Ian Thompson
Diretor do Programa de Conservação da Amazônia da TNC



Sumário

Apresentação	5	Quais as críticas da sociedade civil ao BNDES?	17
O que é o BNDES?	7	Como fazer para apresentar projetos ao BNDES?	18
Quanto dinheiro o BNDES tem?	7	Etapas para conseguir crédito no BNDES	18
Como o BNDES usa o dinheiro que arrecada?	8	Um projeto que deu certo	20
O BNDES e as obras de infra-estrutura	9	Um projeto que não deu certo	21
O que é o PAC	9	O BNDES apóia projetos que prejudicam os índios?	22
O que é o IIRSA	9	As Pequenas Centrais Hidrelétricas e os linhões	22
Como o BNDES decide onde investir?	10	O BNDES tem alguma forma de apoio aos índios?	23
O que é o FAT e o CODEFAT	11	Programa Gestão Pública e Cidadania	23
De onde vem o dinheiro do BNDES?	11	Programa poderia servir de exemplo para o BNDES	23
Quem pode conseguir crédito do BNDES?	12	Fundo Social	24
O BNDES e as Mudanças Climáticas	14	Pronaf	24
A Convenção do Clima e o Protocolo de Quioto	14	O que fazer para que o BNDES atenda as necessidades dos povos indígenas?	25
O carbono e os gases que aquecem o planeta	15	Articulação interna e com outros movimentos	25
O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo	15	Adotar uma política transversal para os povos indígenas	26
Redução das Emissões do Desmatamento e da Degradação (REDD) e Fundo Amazônia	16	Criar regras especiais para o licenciamento de projetos com impactos em terra indígena	27
Fórum de ONGs e Coiab fazem parte do		Dar transparência às informações sobre os projetos	27
Comitê do Fundo Amazônia	16	Criar regras e condições institucionais para atender às necessidades de apoio financeiro dos povos indígenas	28
		Fundo Social tem exemplo para um programa de apoio aos índios ...	29
		Conclusão	30

O que é o BNDES?

BNDES significa **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**.

O BNDES é um banco do Governo Federal, ligado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Ele foi criado em 1952 para fornecer apoio financeiro aos programas e projetos que o governo brasileiro considera importantes para o desenvolvimento do país. Por isso, ele é chamado de **banco de desenvolvimento**.

O BNDES é o principal financiador de obras e projetos do governo. Além disso, com o dinheiro que tem disponível o BNDES realiza empréstimos para grandes, pequenas e médias empresas, para que elas possam comprar máquinas mais modernas e aumentar sua produção. Depois, essas empresas devem pagar esse dinheiro emprestado de volta, com **juros**.

Página do BNDES na internet: <http://www.bndes.gov.br/>



Quanto dinheiro o BNDES tem?

O BNDES tem uma grande quantidade de dinheiro para emprestar e financiar obras e empresas. No final de 2007, o BNDES tinha um total de **R\$ 202,6 bilhões**. Ao mesmo tempo, o Banco tem aumentado o volume de **créditos** concedidos. Ou seja, o Banco está aumentando a quantidade de dinheiro que fornece para as atividades produtivas.

No ano de 2007, os créditos fornecidos pelo Banco atingiram **R\$ 64,9 bilhões**, o maior valor em toda sua história. Esse valor é aproximadamente 160 vezes o total gasto pelo Governo Federal em todas as suas atividades para os povos indígenas em 2007, ano em que foram gastos **R\$ 407 milhões**.

Juros - é uma quantia que os bancos cobram da pessoa ou empresa que recebeu dinheiro emprestado. Essa pessoa ou empresa, além de pagar de volta o valor que emprestou junto ao banco, deve pagar um valor a mais, que é chamado juros. Por exemplo: se uma empresa pega R\$ 10.000,00 emprestado de um banco e esse banco cobra 5% de juros ao mês, essa empresa deverá pagar ao banco R\$ 10.500,00, ou seja, os R\$ 10.000,00 que pegou emprestado mais R\$ 500,00 de juros ao final de um mês. Como o BNDES é um banco de desenvolvimento, ele empresta dinheiro com juros mais baixos que o de outros bancos.

Crédito - é o dinheiro que um banco coloca à disposição de empresas, pessoas ou associações. O BNDES oferece dois tipos de crédito: o "crédito reembolsável", em que o valor emprestado precisa ser pago de volta ao banco com juros, e o "crédito não-reembolsável", em que o dinheiro não precisa ser devolvido.

Como o BNDES usa o dinheiro que arrecada?

O BNDES tem um documento chamado Políticas Operacionais onde estão escritas as regras e indicados os setores mais importantes para receber créditos. Este documento está à disposição do público para consulta na página eletrônica do BNDES: www.bndes.gov.br. Em 2006, esse documento foi reformulado e o Banco definiu os seguintes objetivos como prioridade:

- **Obras de infra-estrutura:** financiamento de construção ou de ampliação de estradas, hidrovias, usinas para a geração de energia, linhões de transmissão de energia, portos, gasodutos, pontes e outras obras de infra-estrutura.
- **Apoio à exportação de produtos:** empréstimos para indústrias, produtores agrícolas e outras empresas que querem vender seus produtos para outros países.
- **Modernização e ampliação da estrutura produtiva:** empréstimos para que grandes, médias e pequenas empresas ou produtores possam comprar novas máquinas, como tratores e ferramentas, e melhorar sua produção. O objetivo do BNDES nessa linha é melhorar a qualidade e as condições do setor produtivo no Brasil.
- **Inclusão Social:** fornece crédito para as empresas poderem ampliar os benefícios sociais de seus empreendimentos nas áreas de desenvolvimento urbano, desenvolvimento rural, saúde e educação e meio ambiente.

Capital - são todas as coisas que um empresário possui e que podem ser transformadas em dinheiro. Isso inclui o terreno e o prédio onde a empresa está instalada, as máquinas que ele usa para produzir e as mercadorias que ele produz, entre outras coisas. Muitas vezes, o empresário assina um documento deixando parte de seu capital como garantia para conseguir um empréstimo no banco. Se ele não conseguir pagar o empréstimo, o banco fica com as coisas dadas como garantia, como, por exemplo, as máquinas utilizadas na produção.

O documento chamado **Políticas Operacionais** descreve as regras e os setores que são prioridade para receber dinheiro do BNDES.



- **Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME):** busca sempre que possível dar crédito a essas empresas para que possam se desenvolver e gerar mais empregos.

O BNDES também fornece dinheiro para aumentar o **capital** de empresas para que elas possam ter maior capacidade de produzir. Além disso, o Banco financia a expansão e o desenvolvimento de cooperativas de produtores.

O BNDES e as obras de infra-estrutura

No caso das obras de infra-estrutura, o BNDES apóia financeiramente os projetos do Governo Federal que estão incluídos no **Plano Plurianual**. É o caso, por exemplo, do Programa de Aceleração do Crescimento, conhecido como **PAC**, e do Projeto de Integração da

Infra-Estrutura Regional Sul-Americana, chamado de **IIRSA**, que têm várias obras financiadas pelo BNDES. Muitas dessas obras causam impactos sobre terras indígenas e, por isso, deveriam merecer maior atenção do Banco.

O que é o PAC

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é a principal política de desenvolvimento do Governo Lula e tem como objetivo aumentar o crescimento econômico do país. O PAC foi lançado em janeiro de 2007 e está baseado, principalmente, na realização de obras de infra-estrutura, no incentivo ao financiamento de atividades econômicas e no aumento da oferta de crédito.

O BNDES é um dos financiadores do PAC. Em janeiro de 2007, o BNDES anunciou a redução da taxa de juros para empresas que investissem na geração, transmissão e distribuição de energia; na produção e distribuição de gás e na construção ou ampliação de estradas, portos e ferrovias. Muitas obras do PAC terão impactos sobre terras indígenas, como é o caso da hidrelétrica de Belo Monte, planejada para ser construída no rio Xingu, no estado do Pará.

O que é o IIRSA

IIRSA significa Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul Americana. O IIRSA é um acordo entre os 12 países da América do Sul que tem como objetivo a integração econômica da região através da implantação de infra-estrutura (como estradas e linhas de transmissão de eletricidade) e o estímulo ao comércio entre esses países. O BNDES é um dos financiadores de seus projetos.

O plano foi criado oficialmente em 2000, durante a Reunião dos Presidentes da América do Sul, em Brasília. No Brasil, a IIRSA planeja fazer, até o ano de 2010, muitas obras de infra-estrutura em sete áreas consideradas importantes, chamadas "eixos de integração". Muitas dessas obras fazem parte também do PAC.

Plano Plurianual - a cada quatro anos, o governo precisa planejar como vai gastar o dinheiro que arrecada da sociedade através de impostos. O Plano Plurianual é um documento, apresentado pelo Governo e aprovado pelos senadores e deputados federais, que informa quanto, como e onde o governo pretende gastar o dinheiro dos impostos. É um documento muito importante para a sociedade conhecer quais são os programas que o governo considera mais importantes para fazer seus investimentos.

Como o BNDES decide onde investir?

O BNDES pertence ao Governo Federal e, por isso, as decisões sobre onde o banco vai investir o dinheiro que arrecada são tomadas pelo governo. A estrutura interna do BNDES é formada pelo:

- Conselho de Administração
- Diretoria
- Conselho Fiscal



O Conselho de Administração decide onde o dinheiro do BNDES vai ser gasto. Seria muito bom se nesse conselho tivesse um representante dos povos indígenas

A maior autoridade é o Conselho de Administração, que é formado pelo presidente do BNDES e por 10 pessoas chamadas "conselheiros", que ficam três anos nessa função. Os conselheiros atuais são políticos, economistas, sindicalistas e empresários, que foram indicados por Ministérios do Governo Federal e nomeados pelo presidente da República. São eles que decidem em que setores o dinheiro do Banco vai ser investido.

A Diretoria é composta por várias áreas temáticas, entre elas a Área de Inclusão Social, que atende setores da sociedade como as populações indígenas. O Conselho Fiscal é responsável por analisar se o BNDES está gastando o dinheiro corretamente.

Outro órgão importante é o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, conhecido por **CODEFAT**, pois decide onde o BNDES deve aplicar o dinheiro do Fundo de Amparo do Trabalhador, o **FAT**.

A presidência do BNDES fica na cidade do Rio de Janeiro, que é o local onde ocorrem as reuniões importantes do Banco. Existem também escritórios para atender empresas nas cidades de São Paulo, Brasília e Recife.

De onde vem o dinheiro do BNDES?

O dinheiro que o BNDES administra vem das seguintes fontes:

- de dinheiro que recebe de outros bancos de desenvolvimento, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, e também de bancos de governos de outros países;
- das aplicações que o BNDES faz no mercado financeiro
- do pagamento que as empresas fazem pelos empréstimos tomados do BNDES;
- de impostos pagos pelos brasileiros para fundos como o FAT, criados para ajudar os trabalhadores;
- de doações de outros países para iniciativas de compensação por serviços ambientais, como o Fundo Amazônia, criado em 2008 pelo Governo Federal.

O que são o FAT e o CODEFAT

O **CODEFAT** é um conselho criado em 1990 que funciona dentro do Ministério do Trabalho e do Emprego. Ele é composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo.

Uma das funções mais importantes desse conselho é decidir onde vai ser aplicado o dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador, o FAT, que é formado por uma parcela tirada mensalmente do salário dos trabalhadores registrados pelo governo e pelas empresas privadas, ou seja, empresas que não são do governo. O FAT é uma das principais fontes de dinheiro do BNDES e deve ser usado em programas que ajudem os trabalhadores. Portanto, o

CODEFAT também toma decisões sobre como o dinheiro do BNDES deve ser usado.

Hoje, o dinheiro do FAT é usado para as seguintes ações:
Programa de Seguro-Desemprego: paga o seguro-desemprego aos trabalhadores que ficam desempregados e apóia programas que os ajudam a conseguir um novo trabalho;

Programas de Geração de Emprego e Renda: ajudam a criar novos empregos e a fortalecer micro e pequenos empreendimentos.

Fonte: página do BNDES na internet (<http://www.bndes.gov.br/empresa/fundos/fat/default.asp>)

Quem pode conseguir crédito do BNDES?

O BNDES oferece à sociedade linhas de crédito através de duas categorias principais:

- **apoio financeiro:** crédito dado de acordo com as regras definidas pelas Políticas Operacionais do banco;
- **programas:** são linhas de crédito que funcionam por um prazo determinado e são destinadas a diferentes áreas, como indústria, infra-estrutura, agricultura, meio ambiente, desenvolvimento social, exportação, regional, pequenas e médias empresas e outros programas.

Veja como:

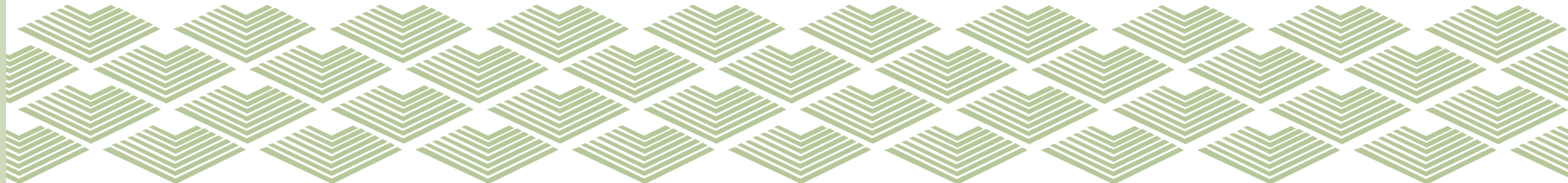
- **para as indústrias:** as ações do BNDES seguem a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC). O objetivo é aumentar a eficiência da estrutura produtiva das empresas brasileiras e aumentar a exportação de produtos para outros países;

- **para a infra-estrutura:** o BNDES tem como objetivo aumentar o acesso a serviços básicos como a eletricidade, comunicações, transportes urbanos e saneamento e reduzir custos, aumentar a produtividade, aprimorar a qualidade da estrutura produtiva e consolidar a integração regional;

- **para a agropecuária:** apoio ao setor, em articulação com os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário e com o Ministério da Fazenda. Existem muitos programas agropecuários beneficiados pelo Banco, como o Programa de Desenvolvimento do Agronegócio (PRODEAGRO), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Desenvolvimento da Fruticultura (PRODEFRUTA), o Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais (MODERAGRO), o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (MODERFROTA).

Pessoas físicas - são as pessoas que têm negócios, mas que fazem a solicitação de crédito em seu próprio nome, e não no nome de uma empresa. São pequenos produtores rurais e micro-empresários, que podem solicitar crédito em dinheiro ao BNDES desde que vivam e trabalhem no Brasil.

Pessoas jurídicas - são as empresas e organizações que formam sociedades nacionais ou estrangeiras. Nesse segundo caso, sua sede e administração devem estar no Brasil. Podem ser empresários individuais, cooperativas, associações ou ainda fundações e instituições governamentais.



• **para o meio ambiente:** tem o objetivo de oferecer crédito para projetos ambientais. Possui as seguintes linhas de financiamento:

Apoio a investimentos em meio ambiente: inclui apoio para projetos em saneamento básico, projetos de comitês de bacia hidrográfica, de eficiência no uso de recursos naturais, recuperação e conservação de ecossistemas e biodiversidade, mecanismo de desenvolvimento limpo, planejamento e gestão e recuperação de passivos ambientais.

Apoio à Eficiência Energética (PROESCO): apóia projetos que tenham o objetivo de economizar energia de empresas e usuários finais.

Apoio ao Reflorestamento de Carajás (REFLORESTA): financia o plantio de espécies de rápido crescimento, como o eucalipto, e de espécies nativas no Distrito Florestal Sustentável de Carajás, entre os estados do Pará e Maranhão.

Desenvolvimento Social: apóia vários programas com o objetivo de aumentar a oferta de crédito ao empreendedor de baixa renda e expandir os serviços de saúde, de educação e assistência social à população, entre outras coisas. Entre os programas dessa linha estão o Programa de microcrédito e o Fundo Social, que podem ser boas oportunidades para os índios (leia mais no capítulo “O BNDES tem alguma forma de apoio aos índios?”, página 23).

Apoio a Micro, Pequenas e Médias Empresas: essas empresas são consideradas uma das prioridades do BNDES. Existem

várias linhas de financiamento para elas, com o objetivo de, por exemplo, permitir a compra de equipamentos e máquinas. Produtores agrícolas estão incluídos nessa linha. Segundo o BNDES, para essas empresas existem programas que oferecem as melhores condições de custos e prazos para apoiar investimentos nos setores industrial, de infra-estrutura, de comércio e serviços e agropecuário.

Programa BNDES Desenvolvimento Limpo: essa linha de crédito é destinada a empresas e projetos que ajudem a diminuir as mudanças climáticas. Ela financia “Reduções Certificadas de Emissão”, também conhecidos como “crédito de carbono”, que faz parte do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) previsto no Protocolo de Quioto. Para entender o que é o Protocolo de Quioto e como funciona o MDL, leia o texto O BNDES e as Mudanças Climáticas, na página 14.



O BNDES e as Mudanças Climáticas

Cientistas de todo o mundo afirmam que a temperatura do planeta Terra está aumentando e isso está causando mudanças no clima de vários lugares. Essas mudanças no clima estão causando problemas como grandes enchentes e secas cada vez mais fortes. Alguns cientistas dizem que o nível do mar também está aumentando e que as cidades do litoral poderão ser alagadas.

O aumento da temperatura do planeta é provocado por alguns gases lançados no ar principalmente pelos seres humanos. É o caso da fumaça das queimadas, dos carros e das indústrias. Os cientistas chamam essa fumaça de "gases de efeito estufa", pois eles seguram os raios do sol na atmosfera, deixando o planeta cada vez mais quente.

A Convenção do Clima e o Protocolo de Quioto

O primeiro acordo feito pelos países que fazem parte da Convenção do Clima da ONU recebeu o nome de Protocolo de Quioto. Os países que assinaram esse documento prometeram tomar medidas para diminuir o lançamento de gases como o CO₂ na atmosfera até o ano de 2012.

O Protocolo de Quioto divide os países em dois grupos:

- no primeiro grupo estão os países mais ricos e industrializados. Eles estão poluindo o ar do planeta há muito tempo por causa de suas fábricas, carros e grandes cidades, e por isso precisam investir mais dinheiro para diminuir a poluição lançada na atmosfera. É o caso da Inglaterra, Alemanha, França e de vários outros países. Os Estados Unidos são o maior poluidor do planeta, mas eles não assinaram esse documento.

- no segundo grupo estão os países que não são considerados ricos, que ainda não têm tantas fábricas e tantos carros e que, por isso, causaram menor poluição do ar do planeta. É o caso do Brasil e da maior parte dos países. Eles não são obrigados a diminuir a poluição da atmosfera até 2012, como é o caso dos países ricos que assinaram o Protocolo de Quioto.

O problema é que o Brasil é um dos principais poluidores do ar com CO₂ por causa do desmatamento e das queimadas destinadas à agricultura e à criação de gado, principalmente na Amazônia. O corte da vegetação natural e a fumaça das queimadas também causam poluição e esquentam a temperatura do planeta.

O carbono e os gases que aquecem o planeta

Existe na natureza um elemento chamado **carbono** que faz parte do próprio ar, das plantas, de rochas como o carvão e também do petróleo, que é usado para fazer gasolina e óleo diesel. O carvão e o petróleo começaram a ser retirados do fundo da terra há mais de 100 anos pelos seres humanos para fazer suas máquinas e indústrias funcionarem.

Quando o carvão, a gasolina, o óleo diesel e as árvores são queimados, o carbono que existe nesses produtos vira fumaça. Parte dessa fumaça é formada por uma substância chamada **dióxido de carbono**, que sobe para a atmosfera.

O **dióxido de carbono**, também conhecido pela sigla **CO₂**, é um dos principais gases que aquece a atmosfera do planeta. Como os seres humanos jogam muito CO₂ na atmosfera, há muito carbono lá em cima alterando o clima do planeta.

Por isso tudo, em 1992 a **Organização das Nações Unidas**, conhecida pela sigla **ONU**, reuniu governos de muitos países com o objetivo de diminuir a poluição com gases que aquecem a temperatura do planeta. Esse acordo recebeu o nome de Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, mais conhecida como **Convenção do Clima**.

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

Usando a matemática, profissionais de vários países inventaram um jeito de calcular a quantidade de carbono que cada país lança no ar. Quando um país industrializado consegue diminuir a quantidade de gases lançado na atmosfera, ele ganha “créditos de carbono”, que também é conhecido por um nome mais complicado: **Reduções Certificadas de Emissão**. Esses créditos de carbono podem ser transformados em dinheiro.

Esse país pode também investir dinheiro em países menos industrializados, como o Brasil, em projetos que retirem o

carbono da atmosfera. Isso pode ser feito, por exemplo, plantando muitas árvores. O investimento feito por esse país rico num país menos rico também é transformado em créditos de carbono. Esse sistema é chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e funciona como um mercado de créditos de carbono.

Como explicamos na página 13, o BNDES tem uma linha de crédito na área de meio ambiente destinada a empresas brasileiras que queiram fazer projetos que ajudem a diminuir a quantidade de carbono na atmosfera do planeta.

Redução das Emissões do Desmatamento e da Degradação (REDD) e Fundo Amazônia

Alguns países e entidades que defendem o meio ambiente propuseram que, quando um país diminui ou evita o desmatamento de suas florestas, ele também deveria ser beneficiado com créditos de carbono. Afinal, ao evitar o desmatamento ele está também evitando a poluição atmosférica. Mas os governos de vários países não gostaram dessa idéia. Por isso, a possibilidade de recompensar países que evitam o desmatamento ficou de fora do MDL e do Protocolo de Quioto.

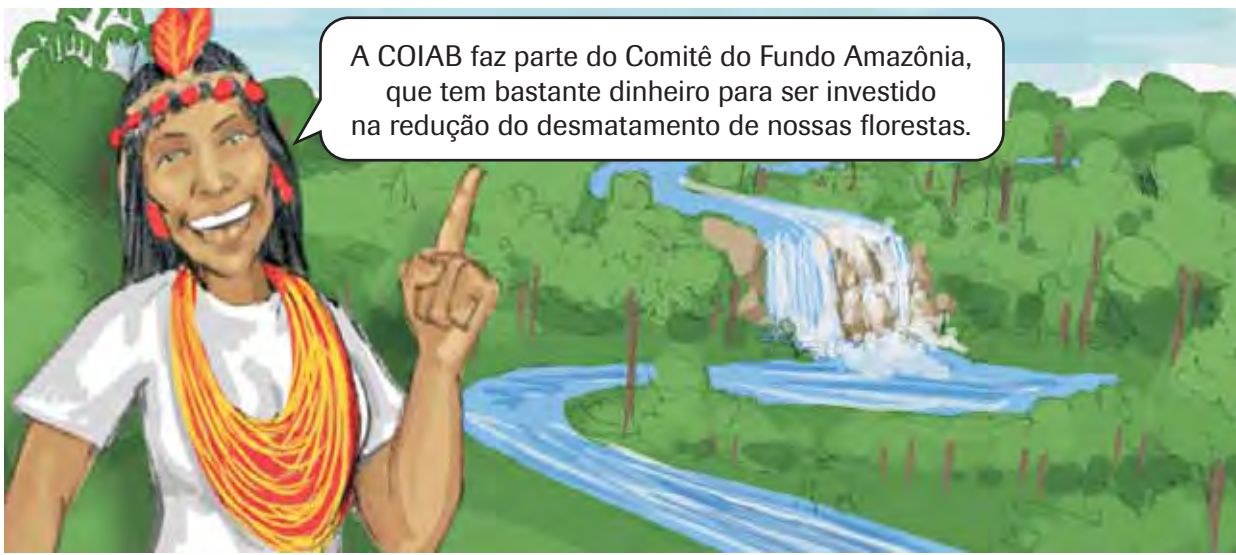
Mais recentemente, os governos aceitaram discutir uma nova forma de recompensar financeiramente os esforços de países que diminuam as emissões de gases por causa do desmatamento. Esse mecanismo é conhecido por **Redução das Emissões do Desmatamento e da Degradação (REDD)** e entrou oficialmente em 2007 nas negociações da Convenção do Clima. Com isso, projetos de REDD poderão ser incluídos em um novo acordo, que substituirá o Protocolo de Quioto a partir de 2012.

Diante disso, em agosto de 2008 o governo brasileiro criou o **Fundo Amazônia** para receber doações em dinheiro e investir na redução do desmatamento, especialmente na floresta amazônica. O Fundo Amazônia será operado pelo BNDES e as doações serão proporcionais à redução das emissões de carbono decorrentes de desmatamento – ou seja, quanto menos desmatamento, maior o volume de doações o Fundo poderá receber.

O BNDES emitirá um diploma reconhecendo a contribuição dos doadores ao Fundo Amazônia, com o valor do dinheiro doado, o valor equivalente da doação em toneladas de carbono e o ano da redução do desmatamento. A Noruega, um país europeu grande produtor de petróleo, doou os primeiros 140 milhões de dólares para o Fundo Amazônia.

Fórum de ONGs e Coiab fazem parte do Comitê do Fundo Amazônia

O funcionamento e as regras para o uso do dinheiro do Fundo Amazônia serão definidas pelo Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA), que é composto por oito órgãos do Governo Federal, pelo BNDES, por representantes dos estados da Amazônia que possuam planos para evitar o desmatamento e por seis representantes de entidades não-governamentais. O Fórum Brasileiro de ONGs e a COIAB estão entre os representantes da setor não-governamental no Comitê.



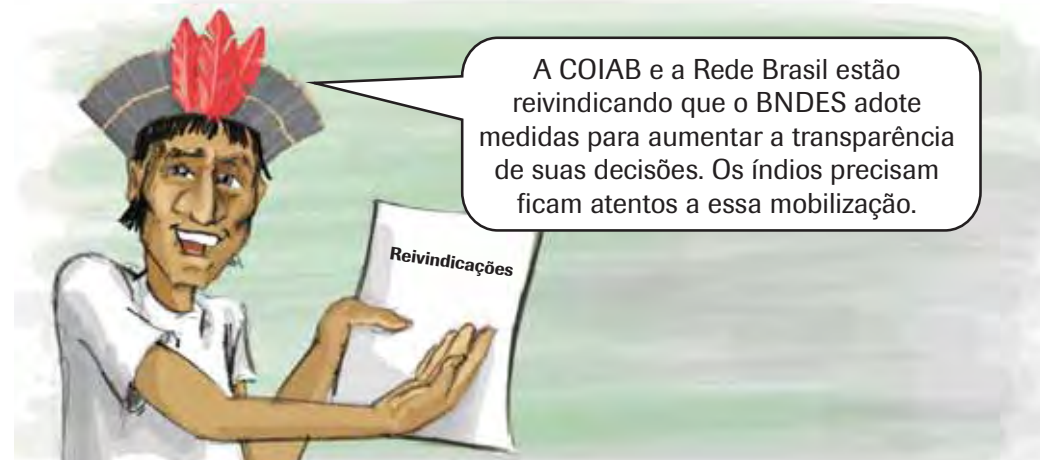
Quais as críticas da sociedade civil ao BNDES?

Como já dissemos, o BNDES pertence ao governo brasileiro e tem entre os seus objetivos usar seu dinheiro para o desenvolvimento social do país. Como estamos num país democrático, em que o governo que controla o BNDES é eleito pelo povo, o Banco deveria estar mais aberto à participação de outros setores da sociedade brasileira, incluindo os índios, para decidir onde investir o dinheiro que controla.

Essa é uma das principais críticas feitas pela **Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais**. A Rede Brasil é uma articulação de ONGs e movimentos sociais que defende os interesses da sociedade civil diante da política de bancos e de instituições financeiras sediadas no Brasil e em outros países. A **Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)** é uma das entidades que fazem parte da Rede Brasil.

Desde 2004, a Rede Brasil vem estudando e acompanhando a atuação do BNDES como banco de desenvolvimento nacional. Como parte desse trabalho, a Rede Brasil preparou vários estudos, organizou um seminário e uma cartilha chamada “O BNDES visto pela sociedade civil” para ajudar a sociedade a entender o problema.

Essa articulação resultou no documento **Plataforma BNDES**, uma proposta que reúne avaliações e sugestões para que o Banco melhore sua atuação social e ambiental. Este documento foi entregue ao presidente do BNDES durante a assembléia da Rede Brasil. Esses documentos preparados pela Rede Brasil estão na Internet, no endereço <http://www.rbrasil.org.br>.



Principais críticas sociais ao BNDES

- Falta de transparência na divulgação de informações sobre vários aspectos de sua atuação. No entanto, a partir de 2008 o BNDES passou a divulgar maiores informações sobre suas operações no seu endereço na internet (<http://www.bndes.gov.br/empresa/bntransp.asp>);
- falta de espaços destinados à participação de outros setores da sociedade civil no Conselho de Administração, além de empresários e trabalhadores;
- prioridade aos aspectos econômicos dos projetos apoiados, em detrimento de projetos ambientais, sociais e culturais;
- prioridade a um modelo de desenvolvimento que considera mais importante o crescimento econômico que a distribuição de renda e o respeito aos direitos da diversidade social brasileira.

Como fazer para apresentar projetos ao BNDES?

O BNDES tem três formas de repassar recursos a pessoas, empresas e organizações que solicitam crédito ao Banco. São elas: a forma direta, indireta e mista, que estão explicadas a seguir:

- **direta:** é quando o pedido é feito diretamente ao BNDES. No caso de valores superiores a R\$ 10 milhões, o pedido deve ser feito de forma direta ao Banco através de apresentação de carta-consulta. As regras e o modelo de carta-consulta estão publicados no endereço http://www.bndes.gov.br/programas/sociais/fundo_social.asp;

- **indireta:** são pedidos de crédito feitos indiretamente, através de outros bancos ou instituições financeiras que são credenciadas pelo BNDES. Essas instituições têm autonomia para julgar o pedido e conceder o crédito. Neste caso, o crédito pode ser feito de forma automática, se for de até R\$ 250 mil, e não-automática, quando também é necessária a apresentação de carta-consulta;

- **mista:** são os casos em que a operação de crédito combina as duas formas anteriores, direta e indireta não-automática, ou seja, que precisa de carta-consulta.

Etapas para conseguir crédito no BNDES

Os pedidos de apoio financeiro ao BNDES devem seguir uma série de etapas, que podem levar muitas semanas ou meses até serem realizadas. As solicitações de apoio, nas formas direta, indireta não automática e mista, são encaminhadas ao BNDES e seguem as seguintes etapas:

- **consulta prévia:** o interessado procura o BNDES ou uma das instituições credenciadas para saber como enviar um pedido de crédito ao Banco; esse pedido, chamado “consulta prévia”, é enviado ao Banco seguindo as orientações recebidas;

- **enquadramento:** o Departamento de Prioridades da Área de Planejamento do BNDES recebe o pedido de crédito e verifica se ele está dentro das prioridades do Banco, definidas nas Políticas Operacionais. O pedido é analisado pelo Comitê de Prioridades, composto pelas Superintendências das áreas operacionais e a Diretoria. Cópias dos pedidos de crédito são enviadas à Área de Crédito e à Área Operacional responsável pelo setor econômico de que trata o projeto (Industrial, de Insumo Básicos, de Infra-estrutura, de Comércio Exterior e de Inclusão Social);



- **apresentação do projeto:** se o pedido for aprovado, o interessado recebe a “carta de enquadramento”. Após receber esse documento, a pessoa ou empresa tem que preparar novas informações e documentos sobre o projeto, sob orientação da área operacional do BNDES. Depois, entrega essa papelada ao Banco;
- **análise do projeto:** o BNDES faz um relatório de análise, elaborado pela Área Operacional. Se o projeto for muito grande, o relatório da Área Operacional é submetido à aprovação da Diretoria do banco;
- **contratação:** se os documentos entregues estiverem certos e o projeto for aprovado, é elaborado o contrato a ser assinado entre o interessado e o BNDES;
- **desembolso:** a liberação do dinheiro é feita em parcelas, de acordo com as datas e os valores escritos no contratado.

Como as linhas de crédito oferecidas pelo BNDES têm regras diferentes, cada uma possui um roteiro específico e um manual de preenchimento de formulário. Estes documentos estão disponíveis para serem impressos no site do BNDES. Quando a solicitação de apoio é feita na forma indireta, a rede credenciada tem a autonomia para analisar a carta-consulta, de enquadramento e análise do projeto. Depois, envia para o BNDES seu parecer e o BNDES que autoriza a contratação.



Um projeto que deu certo

Projeto de Sementes Nativas dos Krahô

Alguns anos atrás, os índios Krahô, que vivem em uma área com 302 mil hectares no norte do estado do Tocantins, decidiram recuperar sementes de milho tradicional, muito utilizadas pelos antepassados, mas que haviam sido abandonadas. Eles souberam que uma empresa do governo, a **Embrapa**, tinha sementes indígenas guardadas. Os índios conseguiram essas sementes e também conseguiram sementes nativas com outros grupos indígenas. Com isso, voltaram a plantar as sementes tradicionais. Essa iniciativa ganhou o nome de Projeto Reintrodução de Sementes Nativas e fazia parte de um programa maior, chamada Programa Integrado para o Desenvolvimento Sustentável Krahô.

O Projeto Reintrodução de Sementes Nativas foi apresentado ao Programa Gestão Pública e Cidadania pela Kàpey - União das Aldeias Krahô e ganhou o Prêmio Gestão Pública e Cidadania. Durante a entrega do prêmio, o BNDES procurou os Krahô e a Funai, oferecendo apoio financeiro para que os índios ampliassem o projeto. A partir daí, os índios começaram a sentir as dificuldades em trabalhar com o BNDES.

Para conseguir o crédito, foi preciso preparar um novo projeto seguindo as orientações dos funcionários da Área de Inclusão Social do BNDES. Foi muito difícil fazer o projeto porque não existia um modelo e regras claras para seguir. Por isso, o projeto teve que ser feito várias vezes. Isso gerou muita insatisfação dos índios com os

funcionários do BNDES. Para finalizar essa etapa, foi preciso contar com apoio de uma ONG especializada em projetos ambientais, chamada Funbio. Depois de várias versões, o projeto conseguiu ser aprovado pelo BNDES.

O projeto teve que ser feito várias vezes e demorou muito para ser aprovado pelo BNDES.

Com a aprovação do projeto, foi assinado um contrato entre a Kàpey e o BNDES e os índios receberam um total de um milhão de reais como crédito não-reembolsável. Ou seja, não era preciso pagar esse valor ao BNDES. Com esse dinheiro, os Krahô construíram e equiparam a Escola Agroambiental Catxewyj. Os Krahô também investiram na construção e na melhoria de pontes e estradas, fizeram um armazém comunitário, uma casa de rádio, casa para o gerador, compraram móveis e um veículo para a associação Krahô e contrataram serviços de técnicos não-indígenas quando necessário.

A execução do projeto foi acompanhada por funcionários do BNDES, que visitaram a terra indígena para ver como os índios estavam usando o dinheiro e ajudá-los na prestação de contas. Apesar das dificuldades para apresentar o projeto, o dinheiro do BNDES foi muito importante para que os Krahô pudessem melhorar sua produção e fazer muitas coisas que estavam paradas por falta de dinheiro.

Embrapa - a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) é uma empresa do governo federal, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que trabalha fazendo pesquisas para melhorar a qualidade da agricultura e da produção animal no país. A Embrapa tem escritórios espalhados por todos os estados do país.

Um projeto que não deu certo

O Projeto Frutos do Cerrado

O Projeto Frutos do Cerrado é uma parceria entre índios e pequenos agricultores que vivem na região de Cerrados nos estados do Maranhão e Tocantins. Ele é executado pela Associação Vyty-Cati, que representa cinco povos Timbira, e tem a assessoria da ONG Centro de Trabalho Indigenista, o CTI. O projeto incentiva a implantação de plantios permanentes combinados com plantios temporários em capoeiras melhoradas, áreas de roça que são manejadas para se transformarem em pomares e bosques.

As frutas são coletadas e beneficiadas pela empresa Fruta São Indústria, Comércio e Exportação Ltda., que pertence à associação indígena e ao CTI. As polpas das frutas são embaladas em uma fábrica em Carolina, um cidade da região, e depois são vendidas com a marca Fruta São.



Em 2000, o CTI ajudou os índios a preparem um projeto para conseguir apoio financeiro do BNDES. Eles queriam ampliar a produção e o beneficiamento de polpas de frutas. Um plano de negócios foi preparado seguindo a orientação de um funcionário do BNDES. Esse funcionário já havia acompanhado a elaboração e a execução do Projeto de Sementes Nativas, da Kàpey. Mesmo assim, o plano da Associação Vyty-Cati foi recusado. O funcionário do BNDES disse apenas que não acreditava que o projeto pudesse dar certo em “época de apagão”. O apagão era a crise de energia elétrica que o país enfrentava na época.

Pouco tempo depois, o projeto Fruta São ganhou o Prêmio Gestão Pública e Cidadania, que tem o apoio do próprio BNDES. Quando foram receber o prêmio, o pessoal do CTI e os índios Timbira falaram na frente de todos que não conseguiam entender as regras para conseguir apoio financeiro do Banco, pois o mesmo projeto que agora era premiado não havia conseguido ter uma solitação de crédito aprovada meses antes.

Esse caso demonstra como as regras e condições criadas pelo BNDES para dar apoio financeiro a projetos indígenas não são claras e, por isso, são difíceis de serem compreendidas pelas associações indígenas e pelas entidades que lhes auxiliam.

O BNDES apóia projetos que prejudicam os índios?

Há muitos projetos apoiados pelo BNDES que causam impactos nas terras indígenas. Podemos dizer que o dinheiro usado pelo BNDES pode prejudicar os índios, de forma indireta, de duas maneiras:

- através de obras que provocam impactos sobre as terras indígenas;
- através de empresas que recebem crédito ou dinheiro do Banco para fortalecer seu do capital e que não respeitam os direitos dos índios. Como o BNDES é sócio dessas empresas, ele tem influência sobre as decisões dessas empresas.

Já explicamos antes que o BNDES apóia financeiramente obras que o Governo Federal considera importantes para o

país. Existem obras que ajudam as pessoas, por exemplo, a ter energia elétrica em casa, na escola, nos hospitais e no trabalho e a ter estradas para visitar seus parentes e transportar sua produção. Entretanto, muitas dessas obras apoiadas pelo BNDES podem trazer impactos negativos para os moradores da região onde serão construídas, incluindo os povos indígenas.

Por exemplo, a abertura de uma estrada facilita o acesso a uma região antes isolada, facilitando a invasão de terras indígenas por madeireiros, caçadores, pescadores ou posseiros. Desse modo, é muito importante que a implantação dessas obras tenham um bom planejamento e um estudo de seus impactos, apresentando forma de evitar diminuir ou compensar prejuízos causados aos índios.

Licenciamento ambiental - a Lei nº 6.938/1981 determina que a construção, o funcionamento ou ampliação de qualquer obra que possa causar poluição ou destruição ambiental precisa de autorização do órgão ambiental estadual ou do Ibama. Esse processo, em que o risco de causar poluição ou degradação ambiental de uma obra é avaliado antes de ser construída, é chamado licenciamento ambiental.

As Pequenas Centrais Hidrelétricas e os linhões

Além das grandes hidrelétricas, o BNDES mantém parceria com a Eletrobrás para apoiar a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) que são, em sua maioria, construídas por empresas privadas.

As PCHs também precisam ser licenciadas, mas o processo de licenciamento é mais rápido e os estudos feitos são mais

simples. Isso aumenta o risco de que o licenciamento não preveja adequadamente seus impactos sociais e ambientais.

Além disso, após a implantação de grandes e pequenas usinas hidrelétricas, o governo e as empresas do setor precisam instalar os linhões de transmissão de eletricidade, que muitas vezes cortam roças ou outras áreas dentro de terras indígenas.

O BNDES tem alguma forma de apoio aos índios?

Apesar de financiar projetos que podem afetar negativamente as terras e povos indígenas, o BNDES oferece também algumas oportunidades de apoio financeiro que beneficiam os índios. No entanto, o acesso a essas oportunidades é difícil e, muitas vezes, os índios não conseguem o crédito solicitado ao Banco.

Programa Gestão Pública e Cidadania

Um dos apoios indiretos do BNDES aos povos indígenas é o **Programa Gestão Pública e Cidadania**, que surgiu em 1996. Esse tipo de apoio é uma iniciativa da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas e da Fundação Ford. Seu objetivo é identificar, premiar e incentivar experiências inovadoras de governos e de organizações da sociedade civil, entre elas as organizações indígenas.

Anualmente são premiadas 20 experiências. As cinco experiências de maior destaque recebem R\$ 20 mil cada e as 15 outras finalistas recebem R\$ 6 mil cada. Os recursos das premiações são disponibilizados pelo BNDES.

Desde o primeiro ano, muitas experiências de povos indígenas têm recebido o Prêmio Gestão Pública e Cidadania. Até 2005, 17 experiências indígenas haviam sido premiadas. Essas experiências foram reunidas em um livro chamado “Na Trilha da Cidadania”, publicado em 2005.

Como descrito anteriormente, o BNDES organiza suas linhas de apoio financeiro em diferentes áreas: indústria, infra-estrutura, agricultura, meio ambiente, desenvolvimento social, exportação, pequenas e médias empresas, entre outros programas. Apresentaremos, a seguir, as possibilidades identificadas de apoio do BNDES a povos indígenas.

Programa poderia servir de exemplo para o BNDES

O Programa Gestão Pública e Cidadania tem regras claras para o processo de escolha e de julgamento das experiências, estimula iniciativas inovadoras, a inclusão de setores mais frágeis da sociedade e possui um grupo de profissionais bem capacitado. Ele poderia servir de exemplo para o BNDES avaliar propostas indígenas interessadas em receber crédito do Banco.

Além da premiação em dinheiro, o Programa ajuda as experiências inovadoras a serem mais conhecidas e incentiva que elas sejam adotadas por outras organizações e setores da sociedade. Todas as informações sobre o programa estão no endereço <http://inovando.fgvsp.br>, que tem também mais de sete mil experiências descritas.

Fundo Social

O Fundo Social é uma das linhas de crédito do **Desenvolvimento Social**, que tem como objetivo a melhoria das condições de vida da sociedade brasileira.

O Fundo Social oferece oportunidade de crédito não-reembolsável, ou seja, os recursos repassados não precisam ser devolvidos ao banco. Isso faz com que esse fundo seja muito interessante para os povos indígenas. Esse fundo apóia projetos de caráter social nas áreas de: geração de emprego e renda, serviços urbanos, saúde, educação e desportos, justiça, alimentação, habitação, meio ambiente, desenvolvimento rural e outras vinculadas ao desenvolvimento regional e social, e natureza cultural.

As organizações indígenas e indigenistas podem receber recursos do Fundo Social. Para isso, devem encaminhar sua solicitação de apoio ao BNDES por meio de carta-consulta, disponível na internet (ver no endereço www.bndes.gov.br/programas/sociais/fundo_social.asp), preenchida segundo as orientações do “Roteiro de Informações para Enquadramento”, e enviada diretamente à Área de Planejamento-AP/ Departamento de Prioridades-DEPRI do BNDES.

O Programa Gestão Pública e Cidadania poderia servir de exemplo para o BNDES avaliar propostas indígenas interessadas em receber crédito do Banco.



PRONAF

Em 2002, foi elaborada e aprovada a proposta de inclusão dos índios no Programa Nacional de Agricultura Familiar, o PRONAF, que é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e tem o BNDES como financiador. Com isso, os índios podem obter crédito com juros reduzidos para organizar a produção agrícola e não-agrícola e diversificar os tipos de plantios e colheita de alimentos.

O PRONAF tem 10 linhas de financiamento que podem ser utilizadas pelos índios para melhorarem sua produção. Porém, como essas linhas foram inicialmente desenhadas pensando nos produtores familiares não-indígenas, o PRONAF apresenta uma série de dificuldades para os índios:

- os critérios de elegibilidade indicados nas linhas do PRONAF, tais como comprovação de renda bruta anual e de posse privada de módulos fiscais de área, dificilmente podem ser atendidos pelas sociedades indígenas;
- os povos indígenas têm direitos especiais, reconhecidos constitucionalmente, distintos das demais populações rurais e tradicionais, não compreendidos ou valorizados pelas linhas do PRONAF;
- as dificuldades burocráticas exigidas pelas agências bancárias para que representantes indígenas acessem os recursos do PRONAF, seja por preconceito ou mesmo pelos gastos administrativos e complexidade da operação.

O que fazer para que o BNDES atenda às necessidades dos povos indígenas?

Como vimos, o BNDES tem um papel muito importante nos planos de desenvolvimento do governo brasileiro. Por ser um banco dedicado a financiar o desenvolvimento do país, o BNDES deveria ter regras que não permitissem que projetos que usam seu dinheiro causassem problemas ambientais e sociais, incluindo aos povos indígenas. Vimos também que, embora o BNDES ofereça algumas oportunidades de crédito aos povos indígenas, o Banco poderia tentar entender melhor as necessidades dos índios para atendê-los adequadamente.

Diante disso, escrevemos a seguir uma lista de sugestões para apoiar o movimento indígena em seu diálogo com o BNDES. O objetivo dessas sugestões é fazer com que o Banco, com a participação do movimento indígena, aprofunde sua responsabilidade diante das terras e dos povos indígenas e crie políticas e planos para que atendam suas necessidades.



Articulação interna e com outros movimentos

É importante que o movimento indígena continue articulado com outros movimentos sociais, como a Rede Brasil. Porém, há reivindicações que são específicas dos índios e, diante disso, o movimento indígena deveria:

1. fortalecer a participação das organizações indígenas no processo de discussão, acompanhamento e encaminhamento de propostas feitas pelos movimentos sociais no diálogo com o BNDES, para que o Banco adote uma política de maior responsabilidade socioambiental;

2. estimular o debate sobre o BNDES nas reuniões e encontros das organizações indígenas, mantendo todos bem informados sobre as discussões realizadas pela Rede Brasil e apresentar propostas para que a Coiab continue a defender uma pauta de reivindicações dos índios junto ao BNDES;

3. discutir e preparar propostas dos povos indígenas de todo país, garantindo que suas reivindicações sejam incluídas na agenda de discussões com o BNDES.

Adotar uma política transversal para os povos indígenas

Em sintonia com as reivindicações da Rede Brasil, o movimento indígena deve propor e colaborar para que o BNDES formalize diretrizes operacionais claras e específicas sobre povos indígenas, detalhando medidas e procedimentos internos que respeitem as características e os direitos dos índios, segundo a legislação nacional e os acordos internacionais assinados pelo Brasil.

É importante que o movimento indígena cobre e ofereça apoio ao BNDES para:

1. a criação de um grupo técnico especializado que assessorar o Conselho de Administração e as Diretorias e colabore

É muito importante que o BNDES adote diretrizes operacionais que respeitem os direitos dos índios. Para começar, o BNDES deveria assinar os Princípios do Equador, seguindo o exemplo de outros bancos de desenvolvimento. Essas medidas são básicas para o Banco melhorar sua relação com os povos indígenas.

com a construção de uma POLÍTICA TRANSVERSAL PARA OS POVOS INDÍGENAS, que esteja presente em todas as ações, áreas, linhas de crédito e departamentos do Banco;

2. que o grupo responsável pela construção dessa política transversal para os povos indígenas esteja aberto à participação de representantes do movimento indígena e de profissionais que contem com a confiança dos índios. Essa participação é importante para que o BNDES possa aprofundar o conhecimento e formar profissionais que compreendam os problemas dos índios;

3. construção e ampla divulgação das Diretrizes e Políticas Operacionais do BNDES específicas para projetos que afetem direta ou indiretamente povos e terras indígenas, inclusive com mecanismos e procedimentos claros e transparentes de monitoramento e controle social das referidas diretrizes;

4. que o Banco recuse crédito a projetos e empresas que não respeitem a legislação e as diretrizes específicas de salvaguarda aos direitos indígenas, como já é feito por outros bancos de desenvolvimento.



Criar regras especiais para o licenciamento de projetos com impactos em terra indígena

Como vimos, programas governamentais como o PAC e o IIRSA trazem várias obras que poderão causar impactos negativos em terras indígenas. Muitas dessas obras serão financiadas pelo BNDES. Por isso, o Banco é indiretamente responsável pelos problemas que podem ocorrer com as comunidades afetadas. O BNDES poderia adotar medidas preventivas, melhorando sua responsabilidade na proteção das terras e populações indígenas, tais como:

1. criar regras para fazer o acompanhamento técnico dos projetos que tenham impactos previstos em comunidades indígenas, dentro do processo de licenciamento (veja o que é licenciamento na página X), exigindo que o dono do projeto e o órgão responsável pelo licenciamento apresentem um “relatório sobre impacto em terra indígena” emitido

pela Funai, informando se o projeto vai ou não causar impactos em terra indígena e detalhando esses impactos;

2. exigir que o dono do projeto e o órgão responsável pelo licenciamento realizem consulta adequada junto às comunidades indígenas diretamente e indiretamente afetadas para obter um “termo de consentimento” dado pela comunidade antes do início das obras do projeto;

3. liberar o dinheiro do financiamento de acordo com um processo de monitoramento e auditoria ambiental, social e indígena, que permita garantir o cumprimento de exigências e contrapartidas socioambientais;

4. fortalecer uma “Ouvidoria do BNDES” para receber denúncias de irregularidades e esclarecer dúvidas da sociedade sobre os projetos que contem com seu apoio financeiro.

Dar transparência às informações sobre os projetos

O movimento indígena deve reforçar a reivindicação da Rede Brasil para que o BNDES crie instrumentos que garantam o acesso público a informações sobre suas políticas e sobre os projetos que pedem apoio financeiro ao Banco. Isso se chama TRANSPARÊNCIA.

O Banco poderia criar um sistema integrado de informações, disponível na Internet e aberto à sociedade, com

dados sobre os projetos que recebem apoio financeiro, inclusive com informações sobre projetos apoiados pelo BNDES que afetem direta ou indiretamente povos indígenas.

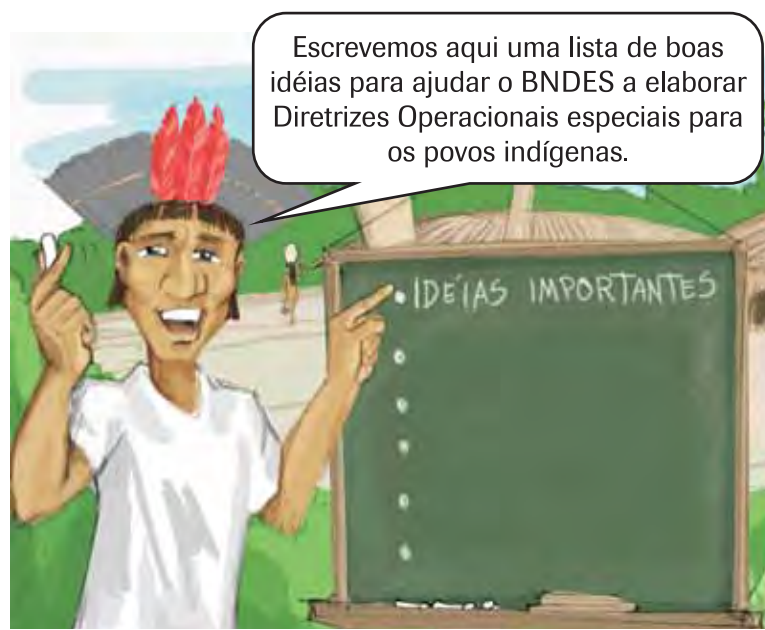
Para os índios, seria importante que esse sistema tivesse informações sobre a localização dos projetos, com suas coordenadas geográficas, identificando se ele está situado próximo ou dentro de terra indígena.

Criar regras e condições institucionais para atender às necessidades de apoio financeiro dos povos indígenas

O BNDES deveria criar Diretrizes Operacionais especiais para atender os povos indígenas nas diversas áreas temáticas do Banco, capacitando funcionários para compreender e atender adequadamente as necessidades de apoio financeiros dos índios. A seguir, colocamos algumas idéias que poderiam ser apresentadas ao BNDES nas diferentes áreas programáticas do Banco.

1. Área de infra-estrutura:

- criar incentivos e benefícios financeiros para projetos que envolvam obras de infra-estrutura específicas e adaptadas às demandas indígenas que tragam melhorias para a qualidade de vida dos povos indígenas;
- construir, em conjunto com a Funai e representantes do movimento indígena, um plano de infra-estrutura básica em



terras indígenas, que seria financiado com recursos não-reembolsáveis. O crédito conseguido pelo Projeto de Sementes Nativas dos Krahô junto ao BNDES poderia servir de exemplo.

2. Área de produção agropecuária:

- formular uma política e diretrizes para fornecer crédito à produção agroecológica, agroextrativista e agropecuária indígena;
- modificar os critérios para ter acesso a recursos do PRONAF, de forma que associações e famílias de produtores indígenas possam ter acesso a crédito. Avaliar a possibilidade de criação de uma linha de apoio não-reembolsável nesse setor.

3. Área de meio ambiente:

- criar normas específicas, incentivos e benefícios financeiros para projetos localizados no entorno de terras indígenas que tragam benefícios ambientais para as terras e comunidades indígenas vizinhas, como formação de corredores ecológicos, manutenção de reserva legal e recuperação de áreas de preservação permanente, especialmente em projetos agropecuários;
- garantir procedimentos corretos em projetos apoiados pelo Banco que tenham como finalidade o acesso a recursos genéticos da biodiversidade, especialmente nos casos em que exista conhecimento indígena associado;
- fomentar iniciativas de gestão ambiental e territorial em terras indígenas;

- criar linha de fomento para projetos indígenas de uso sustentável da biodiversidade, incentivando iniciativas inovadoras de produção que agregue valor por sua contribuição para a conservação ambiental;
- criar linha de crédito não-reembolsável para financiar a recuperação de áreas degradadas e o enriquecimento agro-florestal em terras indígenas;
- apoiar iniciativas indígenas e não-indígenas de conservação, recuperação e manejo sustentável de recursos hídricos, tanto dentro como no entorno de terras indígenas;
- buscar articulação com o Ministério do Meio Ambiente e a Funai para fortalecer linhas de apoio aos povos indígenas já existentes, como o Projeto GEF Indígena, os Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI) e outros;
- construir, com a participação do movimento indígena, iniciativas e mecanismos que tenham como objetivo valorizar e remunerar os serviços ambientais prestados pelos índios e pelas terras indígenas, como, por exemplo, proteção de

recursos hídricos, conservação de florestas, manutenção de estoque de carbono, entre outros.

5. Área social:

- implantar regras que dêem transparência sobre os critérios de avaliação das propostas apresentadas à Área Social do Banco;
- dar ampla divulgação sobre o funcionamento do Fundo Social, divulgando informações atualizadas sobre o volume de recursos disponíveis, os editais para apresentação de projetos, os projetos aprovados e em execução, entre outras informações;
- desenvolver um programa especial de apoio aos povos indígenas, a exemplo do que foi feito para associações de catadores de lixo (veja abaixo);
- criar uma linha de apoio ao fortalecimento institucional dos povos e organizações indígenas, que atenda à sua crescente demanda por capacitação de quadros e desenvolvimento organizacional;
- criar um programa de incentivo e benefício financeiro para iniciativas que tragam benefícios culturais aos povos indígenas.

Fundo Social tem exemplo para um programa de apoio aos índios

O Fundo Social criou um programa para apoiar financeiramente projetos apresentados por associações de catadores de lixo. O Programa de Apoio a Projetos de Catadores de Materiais Recicláveis foi estruturado com base em um estudo chamado “Análise do Custo de Geração de Postos de Trabalho na Economia Urbana para o Segmento dos Catadores de Materi-

ais Recicláveis”. Esse programa tem como objetivo abrir novos postos de trabalho e melhorar as condições de trabalho e de produção desses trabalhadores. Esse exemplo demonstra que o BNDES poderia construir programas específicos para apoiar projetos de povos indígenas, segundo suas características culturais e respeitando seus direitos constitucionais.



Conclusão

Como vimos nesta publicação, existe um bom caminho a ser trilhado para ampliar e melhorar as relações entre o BNDES e os povos indígenas.

O aprofundamento da transparência, maior participação dos movimentos indígenas e sociais nos processos decisórios do banco, o ajuste no modelo de desenvolvimento apoiado pelo Banco e maior atenção à sustentabilidade social e ambiental dos projetos que apóia são medidas importantes que poderiam ser implementados por esta importante agência de apoio ao desenvolvimento.

Vimos também ser necessário que o BNDES incorpore as especificidades indígenas relativas ao desenvolvimento social como temática transversal em suas ações. A definição de regras ou diretrizes operacionais específicas a serem aplicadas a todos os projetos que financia, que tenham impacto direto ou indireto sobre os povos indígenas, será de grande importância. Por fim, ficou claro também que a adequação, melhoria e ampliação das relações entre o BNDES e os povos indígenas

depende da iniciativa e participação efetiva das organizações indígenas na construção deste caminho.

Avançar nas questões listadas nesta publicação permitirá um maior diálogo entre povos indígenas e o BNDES, viabilizando uma ponte com a própria política nacional de desenvolvimento. Entendemos que, com essa aproximação, será possível garantir que as obras de desenvolvimento levem em conta os direitos dos povos indígenas e a sustentabilidade de seus territórios. Mais do que isso, apostamos que desse diálogo será possível a elaboração de novas linhas de fomento, capazes de atender os projetos criados pelas próprias organizações indígenas, fortalecendo seus anseios e modos próprios de organização.

Entendemos, por último, que o interesse em avançar nas questões listadas nesta publicação permitirá o diálogo entre os povos indígenas e o BNDES, viabilizando uma ponte com a própria política de desenvolvimento.

O BNDES e os povos indígenas

O BNDES é o principal financiador de obras e projetos públicos e privados do país, alguns dos quais têm causado indiretamente grandes impactos nas terras indígenas. Ao mesmo tempo, o BNDES oferece um potencial a ser explorado pelos povos indígenas visando obter apoio para seus planos de etnodesenvolvimento. A presente publicação pretende contribuir para que as lideranças indígenas possam, de um lado, negociar a redução dos efeitos negativos de projetos apoiados pelo BNDES, e de outro, explorar o potencial de suporte a projetos de interesse dos povos indígenas.

Realização:



The Nature
Conservancy 
Proteger a natureza é preservar a vida.

Apoio



USAID
DO POVO DOS ESTADOS UNIDOS